

CAUCUS AFRICANO 2021

Tópico dominante

A DIGITALIZAÇÃO PARA UMA RECUPERAÇÃO INCLUSIVA E CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Preâmbulo

O tópico escolhido para o Caucus Africano de 2021, *A Digitalização para uma Recuperação Inclusiva e Crescimento Sustentável*, que terá lugar no Burundi, reconhece que a tecnologia está a transformar rapidamente as economias e sociedades e a impulsionar o crescimento económico em muitos países. Como resultado há uma perceção na África Subsaariana de que se a região tem de crescer e competir com outras economias em desenvolvimento, tem de aumentar a sua base energética e ampliar o acesso à eletricidade das famílias e empresas para aproveitar os benefícios da tecnologia digital para impulsionar o crescimento e a prosperidade social.

Tendo em mente este vasto âmbito, os Governadores Africanos presentes no Caucus deliberarão sobre o tema da energia como um pré-requisito para o aproveitamento da tecnologia digital para acabar com a pobreza extrema e impulsionar a prosperidade partilhada. Também irão trocar pontos de vista sobre a abordagem às lacunas das políticas que impedem os países Africanos de desenvolver sistemas robustos para a economia digital para prosperar e impulsionar o crescimento e criar empregos. A esse respeito, os Governadores deliberarão sobre os três tópicos seguintes:

- i) Mobilização de recursos para as infraestruturas digitais
- ii) Aumentar a capacidade de África para aproveitar os potenciais da digitalização; e
- iii) Mitigar os riscos das moedas digitais e da moeda digital do Banco Central (CBDC) para garantir a segurança, a confiança e as salvaguardas.

Tópico 1 - Mobilização de recursos para as infraestruturas digitais

Nota de Conceito

A digitalização já não é uma opção, mas sim um imperativo. Reduz os custos, aumenta a eficiência, e salvaguarda a inclusão. A adaptação rápida, a transição e a adaptação à economia digital exigem investimentos rápidos e substanciais em infraestruturas. No entanto, a pandemia esticou os orçamentos da maioria dos países Africanos, forçando a necessidade de fazer um equilíbrio e compromissos entre prioridades urgentes com recursos escassos, ao mesmo tempo que não deixam nenhum ou apenas um mínimo espaço orçamental para investir em infraestruturas digitais. Esta

situação é ainda pior para os governos Africanos com uma dívida superior, em média, a 50% do PIB.. Neste contexto, o Tópico 1 centra-se na mobilização de recursos financeiros para as infraestruturas digitais. Sugere algumas opções interligadas e complementares - para as quais o apoio das Instituições de Bretton Woods (BWIs) será essencial. Estas opções incluem:

1. Financiamento Público

O enfoque seria na mobilização de recursos internos, incluindo a contenção de fluxos financeiros ilícitos (IFFs). Será pedido um apoio adicional às Instituições de Bretton Woods (BWIs) para melhorar a administração fiscal, aumentar as poupanças, melhorar a qualidade dos investimentos e aumentar a taxa de retorno dos novos investimentos para gerir a dívida e abrir espaço orçamental para as despesas no sector digital. Seriam igualmente encorajadas a apoiar as tecnologias digitais para reforçar o intercâmbio automático de informações fiscais, impulsionar a gestão das finanças públicas, reforçar os sistemas anti branqueamento de dinheiro, melhorar os controlos aduaneiros e fronteiriços, reforçar a capacidade nacional para evitar e combater a evasão fiscal (especialmente em relação aos preços de transferência ilegais), reduzir os fluxos financeiros ilícitos, e recuperar bens roubados. Os principais compromissos incluirão o apoio aos esforços anticorrupção e melhores auditorias, assim como assistência para as políticas relacionadas com a transparência das finanças públicas, evasão fiscal, concursos públicos, facilitação do comércio e dos pagamentos transfronteiriços, gestão de recursos naturais (com ênfase na contratação em indústrias extrativas) e regulamentação económica. Além disso, as IBW seriam solicitadas a apoiar o reforço financeiro e institucional das entidades públicas que auferem receitas para acederem ao financiamento privado quando e onde PPPs completas não forem viáveis.

2. Investimentos privados

O Grupo Banco Mundial, especialmente a IFC e a MIGA, serão exortados a ajudar os governos Africanos a reduzirem os riscos dos investimentos em infraestruturas digitais utilizando vários instrumentos de financiamento que são comercialmente mais atrativos para os investidores privados, tais como:

- **Financiamento misto:** a utilização de financiamentos públicos e para o desenvolvimento para atrair a participação do sector privado através de incentivos, tais como subsídios, garantias de rendimentos e subvenções de capital.
- **Conversão das infraestruturas numa classe de ativos:** um processo em que as infraestruturas se tornam uma nova classe de ativos através do qual os fundos investidos nestes projetos, como os empréstimos, serão recombinaados em instrumentos financeiros para serem negociados no mercado financeiro.
- **Parcerias Público-Privadas (PPPs):** uma forma de financiamento de infraestruturas, que envolve contratos a longo prazo com parceiros privados. A IFC e a MIGA seriam, em particular, convidados a ajudar a acelerar os processos atualmente em curso para desregulamentar o quadro das PPPs, a fim de facilitar a criação de PPPs e atrair investidores privados.

3. Redução dos encargos crescentes da dívida

O FMI seria convidado a aliviar o peso crescente da dívida dos países Africanos com a compra voluntária de dívida soberana e a suspensão do serviço da dívida (tanto do capital como dos

pagamentos de juros). Isto libertaria recursos adicionais e criaria o muito necessário espaço orçamental para ajudar a financiar a infraestrutura digital. Seria também solicitado o estabelecimento de uma troca de dívida por infraestruturas digitais, que poderia ser outra fonte de financiamento para os investimentos dos países Africanos nesta área crítica. Para o efeito, será proposta a troca da dívida externa dos países Africanos por pagamentos anuais num *Fundo para Infraestruturas Digitais* (DIF) a ser criado. Prevê-se que este Fundo financiará grandes projetos de infraestruturas digitais que incentivarão o financiamento privado através da eliminação do risco dos investimentos em infraestruturas.

Tópico - 2 Aumentar a capacidade de África para aproveitar os potenciais da digitalização

Nota de Conceito

A pandemia COVID-19 acelerou a utilização de tecnologias digitais a um ritmo e com um âmbito nunca antes imaginado, com impacto em quase todas as facetas da vida humana. Inversamente, revelou a divisão gritante entre os que têm acesso e os que não o têm. Uma tal divisão não é em parte alguma mais saliente do que em África, onde três quartos da sua população de 1,3 mil milhões de habitantes não tem acesso à Internet, limitando a capacidade da região de fornecer soluções digitais, uma vez que a pandemia dissuadiu os modos tradicionais de prestação de serviços. A este respeito, a pandemia pôs a descoberto o facto de os dividendos da transformação digital não serem automáticos nem equitativamente distribuídos. Para maximizar os benefícios e mitigar potenciais riscos, são necessárias ações políticas deliberadas para criar um ambiente propício que permita a geração e a ampliação de soluções digitais apropriadas com potencial para enfrentar os desafios do desenvolvimento. O reforço do capital humano nos países Africanos é, assim, crucial para permitir uma participação mais ampla de todos os segmentos da população na economia digital. Além disso, o reforço das capacidades dos principais intervenientes no ecossistema digital contém a promessa de alavancar a digitalização para transformar as economias Africanas e melhorar os resultados do bem-estar. Isso pode ser conseguido de duas maneiras:

(a) Melhorar uma política propícia e o ambiente regulatório

Para estimular a recuperação económica e a prosperidade a longo prazo, os países Africanos estão cada vez mais a levar a cabo reformas políticas e regulatórias para construir sistemas sociais e económicos que sejam resilientes no mundo pós-pandemia. No entanto, a pandemia tem um lado positivo, uma oportunidade para os decisores políticos Africanos criarem um ambiente propício através de quadros políticos, legais e regulamentares apropriados que promovam o desenvolvimento e a ampliação de soluções digitais, protejam os direitos de propriedade intelectual e os dados pessoais, abordem as ineficiências e desenvolvam sistemas de alerta precoce capazes de detetar potenciais riscos cibernéticos. Isto proporcionaria uma janela de oportunidade para implementar reformas adequadas que permitam que o continente beneficie da digitalização induzida pela COVID. Ao implementar a sua agenda para "reconstruir melhor", o Grupo Banco Mundial (GBM) deveria ser encorajado a dar prioridade a reformas que acelerem a digitalização, que, se bem abraçadas, possam impulsionar a transformação económica numa África pós-pandemia. O GBM tem no seu kit de ferramentas instrumentos focados em reformas para apoiar os governos, consumidores e

empresários Africanos a criar o ambiente político, legal e regulamentar que lhes permita prosperar na quarta revolução industrial.

(b) Desenvolver a literacia digital, as competências e o empreendedorismo

A introdução da literacia e das competências digitais, incluindo a literacia financeira digital, junto de uma grande parte da população Africana poderia ter efeitos de propagação através de outros sectores económicos. Uma população digitalmente alfabetizada e qualificada permite o desenvolvimento, adoção, utilização e expansão de soluções digitais e serviços eletrónicos. Isto, por sua vez, cria a procura de serviços digitais, promove o empreendedorismo digital e prepara os cidadãos para empregos do futuro, que a pandemia impulsionou mais rapidamente do que anteriormente previsto. Contudo, para otimizar as competências digitais e a alfabetização, é necessário um maior investimento em competências complementares, tais como as adquiridas na Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM). Como a inovação está no centro da quarta revolução industrial, o reforço da capacidade institucional e o desenvolvimento do conjunto de competências adequadas para impulsionar e apoiar a inovação e criar um ambiente empresarial favorável são elementos essenciais para o sucesso. Os governos africanos são encorajados a envolver ativamente o GBM nos seus esforços para integrar a educação e inovação digitais nos currículos a todos os níveis de ensino - incluindo o ensino e formação técnica e profissional (TVET). Com o apoio do GBM, os países Africanos devem também esforçar-se por melhorar a formação regular no trabalho e a aprendizagem eletrónica (e-learning) para facilitar a rápida adoção e a utilização eficaz das tecnologias e soluções digitais. É importante assegurar que as competências digitais adquiridas correspondam à procura do mercado de trabalho e ajudem os empresários a fazer crescer as suas empresas e a economia.

Tópico 3 - Serviços financeiros digitais e dinheiro digital - oportunidades, riscos e salvaguardas para melhorar a adaptação

Nota de Conceito

A digitalização tem o potencial de promover o crescimento inclusivo através de ganhos de eficiência e melhorias nos sistemas de pagamento, se for eficazmente planeada e gerida. Além disso, as ferramentas de digitalização, quando alavancadas, podem complementar a implementação de políticas fiscais através de uma melhor recolha de dados, prestação eficaz de serviços públicos, e mobilização da receitas internas. Ao mesmo tempo, a digitalização oferece uma oportunidade para reforçar o ciclo de gestão das finanças públicas através de um melhor planeamento, execução e monitorização do orçamento. Pode também melhorar a inclusão financeira, particularmente em África, onde mais de mil milhões de pessoas ainda não têm acesso a serviços bancários. Contudo, as tendências e práticas atuais indicam que os processos de digitalização operam a diferentes velocidades em todo o mundo e levantam diversos desafios e riscos à estabilidade financeira e às economias em geral. Os riscos de digitalização variam em função do grau de desenvolvimento da infraestrutura digital, do avanço dos sistemas de pagamento, da robustez das políticas monetárias, financeiras e cambiais, assim como da existência e implementação adequada de medidas sobre Segurança Cibernética e Proteção de Dados Pessoais. Neste painel, os Governadores levantarão questões e procurarão apoio para medidas relacionadas com os riscos que preveem ou com que se

deparam com o aumento da digitalização, com ênfase nas relacionadas com os Serviços Financeiros Digitais (DFS), incluindo as Moedas Digitais dos Bancos Centrais (CBDC) e Moedas Estáveis Globais (GSC).

Os bancos centrais em todo o mundo estão a avançar para fases mais adiantadas de envolvimento nas CBDC, embora a ritmos diferentes, progredindo da investigação concetual para a implantação prática. À medida que as Autoridades Monetárias avançam nesta frente, continuarão a enfrentar múltiplos desafios ao longo do caminho. O avanço das CBDC e das GSC depende de vários fatores nacionais e regionais, incluindo se estas moedas são estrangeiras por natureza e do grau de harmonização das políticas monetárias e financeiras pelos parceiros regionais. Na ausência de quadros regulamentares e operacionais financeiros adequados, as CBDCs e as GSCs estrangeiras poderiam ter um impacto na eficácia das políticas monetárias e financeiras. Considerando a facilidade de acesso e os baixos custos de transação, estas moedas digitais poderiam reforçar a substituição das moedas e os incentivos à internacionalização em cenários baseados no dólar. Além disso, se for permitido que os CBDCs e GSCs estrangeiras tenham curso legal a nível nacional, as vantagens que isso pode conferir em relação à redução da pressão sobre as perdas dos bancos correspondentes e ao encurtamento das cadeias de pagamento teriam de ser ponderadas face aos riscos inerentes. Os riscos específicos incluem os riscos inerentes à integridade financeira através de uma maior descoordenação cambial, aumento dos fluxos financeiros ilícitos, e dificuldades de financiamento ligadas à substituição dos depósitos dos bancos por fontes mais voláteis, à medida que os bancos compensam a perda de depósitos ou o aumento dos bancos-sombra.

O aumento da utilização de dinheiro digital, particularmente as CBDCs e GSCs estrangeiras, poderia reduzir a eficácia das políticas monetárias, incluindo medidas de gestão dos fluxos de capital. As medidas de mitigação são geralmente escassas, embora continuem a ser fundamentais para assegurar que as políticas monetárias independentes e o controlo das condições financeiras permaneçam nas mãos das autoridades nacionais e regionais (no caso das uniões monetárias). Além disso, a aplicação da tecnologia digital na regulação e supervisão ("RegTech" e "SupTech") pode dar poderes às autoridades para impor o cumprimento, mas também pode aumentar os riscos se a receção e a fiabilidade dos sinais continuarem a ser fracas. Esta situação é bastante frequente nos países com baixos rendimentos e em desenvolvimento, o tem sido realçado pelos compromissos virtuais durante estes tempos de turbulência.

Uma consideração fundamental para a região da África Subsaariana (ASS) é a interoperacionalidade dos sistemas que permitirá uma concorrência mais robusta entre plataformas e preços acessíveis, limitando o poder monopolista; e uma estrutura e utilização adequadas das CBDCs, juntamente com regras para a utilização de moedas estáveis, podem ajudar significativamente neste aspeto. É também imperativo estabelecer regras ou regulamentos em torno das moedas estáveis e serviços *fintech* nos meios de comunicação social e outras plataformas online. Outra área crítica é a da cibersegurança no sector financeiro. Na ASS e na América Latina, o cibercrime está a aumentar, com as comunidades de cibercriminosos nestas duas regiões a crescerem mais rapidamente do que em qualquer outro lugar.¹ A razão desta elevada vulnerabilidade da cibersegurança é que as transações de serviços financeiros digitais (DFS) são frequentemente feitas utilizando dispositivos sem

¹ https://www.findevgateway.org/sites/default/files/publications/files/cyber_security_paper_november2019.pdf

segurança e através de linhas de transmissão que não foram concebidas para proteger a segurança das transações financeiras.

Em consonância com a "Estratégia Digital para África, 2020-2030" articulada pela UA, realçamos a importância de uma coordenação sólida para a realização eficaz e eficiente da agenda digital. Isso ajudaria o continente a alavancar os benefícios da digitalização, incluindo a abordagem da desigualdade e da diferença de género no acesso aos dispositivos móveis, melhorando o acesso à tecnologia acessível, promovendo assim a inclusão financeira e, ao mesmo tempo, criando estruturas de governança para amenizar os riscos associados. O enfoque deve ser colocado no reforço da capacidade tecnológica, reguladora e de supervisão dos estados membros para identificar e mitigar os riscos, incluindo os decorrentes de ciberataques e fraudes. A atual abordagem de "esperar para ver" que vemos nalguns quadrantes não é uma opção, uma vez que conduz a uma divisão digital e deixa para trás algumas regiões.